Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Curso de Administração

JOSEFA POLIANA DOS SANTOS SILVA

PROTAGONISMO FEMININO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS À LUZ DOS ODS

CAMPINA GRANDE
2026

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Curso de Administração

PROTAGONISMO FEMININO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS À LUZ DOS ODS

Trabalho de Conclusão de Curso em formato Artigo Científico apresentado ao curso de Bacharelado em Administração, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador(a): Professora Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos, Dra.

CAMPINA GRANDE

2026

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

S586p Silva, Josefa Poliana dos Santos.

Protagonismo feminino em cooperativas de reciclagem: impactos socioeconômicos e ambientais à luz dos ODS / Josefa Poliana dos Santos. – 2026.

36 f. : il. color.

Artigo (bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2026.

"Orientação: Prof. Dr. Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos".

Referências.

1. Economia Solidária. 2. Catadoras de Materiais Recicláveis. 3. Gênero. 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. I. Vasconcelos, Ana Cecília Feitosa de. II. Título.

UFCG/BC CDU 005.7(04)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS GONÇALVES CRB-15/93

JOSEFA POLIANA DOS SANTOS SILVA

PROTAGONISMO FEMININO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS À LUZ DOS ODS

Aprovado em 17/03/2026

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA CECILIA FEITOSA DE VASCONCELOS
Data: 18/03/2026 10:40:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora: Profa. Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos.
Doutora (UFCG)

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIELZA BARBOSA ALVES LIA FOOK
Data: 19/03/2026 16:11:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Marielza Barbosa Alves Lia Fook.
Doutora (UFCG)

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA TRINDADE CALDAS
Data: 18/03/2026 11:44:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Patrícia Trindade Caldas.
Doutora (UFCG)

Campina Grande – PB, 2026

PROTAGONISMO FEMININO EM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS À LUZ DOS ODS

Josefa Poliana dos Santos Silva[1]
Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos[2]

RESUMO

A atuação de associações de catadoras de materiais recicláveis representa um papel muito importante para a sustentabilidade urbana e para o cumprimento das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do trabalho das catadoras para metas dos ODS, considerando a economia solidária como base organizacional. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, por meio de estudo de caso e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram tratados por meio da Análise de Conteúdo Temática. Os resultados apontam que (Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande AMARECG), contribui diretamente para a sustentabilidade ambiental e urbana por meio da reciclagem, limpeza da cidade e redução do descarte inadequado, fortalecendo as metas dos ODS 11 e 12. Além disso, observa-se que a participação na associação favorece a inclusão produtiva, a autonomia econômica e o empoderamento feminino, contribuindo para as metas dos ODS 5, 8 e 10. Entretanto, apesar dos avanços identificados, persistem desafios estruturais que limitam a consolidação do cooperativismo e do trabalho decente, como a ausência de galpão, dependência de atravessadores, instabilidade de renda, discriminação social e apoio público insuficiente. Este estudo se faz importante, pois colabora para a compreensão do papel socioambiental das catadoras e evidencia a necessidade de políticas públicas contínuas para fortalecer empreendimentos de Economia Solidária e ampliar o alcance da Agenda 2030 no contexto local.

Palavras-chaves: Economia Solidária, Catadoras de materiais recicláveis, Gênero, Objetivos de desenvolvimento sustentável.

WOMEN'S LEADERSHIP IN RECYCLING COOPERATIVES: SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL IMPACTS IN LIGHT OF THE SDGs

ABSTRACT

The work of associations of women waste pickers plays a very important role in urban sustainability and in achieving the goals proposed by the Sustainable Development Goals (SDGs). Therefore, this study aims to analyze the contribution of women waste pickers' work to the SDG goals, considering the solidarity economy as an organizational basis. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, through a case study and semi-structured interviews. The data were analyzed using Thematic Content Analysis. The results indicate that the Association of Recyclable Material Collectors of Campina Grande (AMARECG) directly contributes to environmental and urban sustainability through recycling, city cleanliness, and reduction of improper disposal, strengthening the goals of SDGs 11 and 12. Furthermore, participation in the association fosters productive inclusion, economic autonomy, and women's empowerment, contributing to the goals of SDGs 5, 8, and 10. However, despite the identified progress, structural challenges persist that limit the consolidation of cooperativism and decent work, such as the lack of a warehouse, dependence on intermediaries, income instability, social discrimination, and insufficient public support. This study is important because it contributes to understanding the socio-environmental role of female waste pickers and highlights the need for continuous public policies to strengthen Solidarity Economy enterprises and expand the reach of the 2030 Agenda in the local context.

Keywords: Solidarity Economy, Recyclable Material Collectors, Gender, Sustainable Development Goals.

1. Introdução

A Economia Solidária constitui uma alternativa socioeconômica que se orienta pela centralidade do trabalho humano, pela cooperação e pela construção de relações econômicas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Fundamentada em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade, democracia e primazia do trabalho sobre o capital, esse modelo organizativo propõe formas coletivas e participativas de produção e geração de renda, articulando dimensões econômicas, sociais e políticas do desenvolvimento (Singer, 2002; Gaiger, 2004; França Filho, 2006).

Na prática, a Economia Solidária abrange um conjunto de atividades econômicas organizadas de forma coletiva e autogestionária, envolvendo produção, distribuição, consumo e crédito, com base em princípios democráticos de gestão (Sebrae, 2023).

No contexto brasileiro, os empreendimentos de Economia Solidária assumem especial relevância em setores marcados pela informalidade e pela fragilidade das políticas públicas de trabalho. Entre esses empreendimentos, destacam-se as associações de catadores de materiais recicláveis, que atuam em um cenário crítico da gestão de resíduos sólidos urbanos.

Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, o país gerou aproximadamente 81,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos em 2024, com produção média anual de 384 kg por habitante, sendo que apenas cerca de 8,7% deste volume foi destinado à reciclagem Abrelpe (2025). Apesar dos baixos índices de reciclagem, grande parte dos materiais reaproveitados no país é recuperada por meio do trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Entre os catadores destaca-se a expressiva presença feminina na atividade da catação. Para o Movimento Nacional dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR) consideram a existência de 800 mil catadores e catadoras no Brasil, dessas as mulheres representam cerca de 70% das pessoas vinculadas ao movimento. Cherfem (2016) estimou que as mulheres chegam a compor mais de 75% dos integrantes em diversas associações, sendo que, para 51% delas, a catação constitui a principal ou única fonte de renda (Silva; Goes; Alvarez, 2013).

Além disso, a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo intensifica vulnerabilidades. Camardelo, Benedetti e Nostrane (2024) enfatizam que essas mulheres frequentemente enfrentam jornadas triplas de trabalho, combinando a catação de resíduos com responsabilidades domésticas e a criação dos filhos. Para além da predominância numérica, a atuação feminina na catação é atravessada por desigualdades estruturais que extrapolam o espaço produtivo.

Sob essa perspectiva, as cooperativas desempenham um papel estratégico no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que compõem uma agenda global composta por 17 objetivos e 169 metas voltadas à promoção da justiça social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico equilibrado, bem como na formulação e execução de políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

Torres *et al.* (2024) destacam que as cooperativas fortalecem economias locais, ampliam o acesso a serviços essenciais, promovem trabalho digno e reduzem desigualdades, atuando como agentes capazes de apoiar governos na construção de cidades sustentáveis e resilientes.

A atuação das catadoras contribui diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). O trabalho colabora para metas relacionadas à igualdade de gênero, ao trabalho decente e à inclusão produtiva, à redução das desigualdades, à construção de cidades sustentáveis e à promoção de padrões responsáveis de consumo e produção que serão discutidas neste trabalho.

Diante disso, a problemática central desta pesquisa é: **Como o trabalho das catadoras em cooperativas estruturadas em economia solidária contribui para o alcance dos ODS?** O objetivo do estudo é **analisar a contribuição do trabalho das catadoras para metas dos ODS, considerando a economia solidária como base organizacional.**

Para o alcance do objetivo deste trabalho, será utilizada como lócus de estudo a Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (AMARECG). A escolha desta é decorrente de sua relevância social, ambiental e organizativa no contexto da reciclagem popular no município, uma vez que reúne mulheres que atuam na coleta de materiais recicláveis há mais de cinco anos, mesmo antes da formalização da entidade.

A associação foi formalizada no ano de 2022, possuindo atualmente cerca de quatro anos de existência, e é composta por 15 mulheres, residentes no bairro do Pedregal. A AMARECG resulta de um processo coletivo de mobilização e luta por melhores condições de trabalho, renda e reconhecimento social.

Diante dessa contextualização, a pesquisa se justifica pela relevância social, acadêmica e institucional de analisar a atuação das catadoras de materiais recicláveis, um grupo historicamente marginalizado, mas essencial para a cadeia da reciclagem e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A vivência da pesquisadora no projeto de extensão universitária que apoiou a associação possibilitou uma aproximação prática com a realidade investigada, enriquecendo a análise ao articular teoria e prática.

No campo acadêmico, o estudo contribui de forma inovadora ao integrar economia solidária, gênero e ODS, ampliando as discussões na área da Administração. Além disso, oferece subsídios à Administração Pública e à gestão urbana ao evidenciar desafios estruturais e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para inclusão produtiva e gestão de resíduos, fortalecendo a articulação entre universidade, sociedade e poder público.

Após esta introdução, o trabalho apresenta a fundamentação teórica que sustenta a análise, seguida do percurso metodológico adotado e da discussão dos resultados, finalizando com as considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Economia Solidária e Organizações Solidárias

A Economia Solidária tem se consolidado no Brasil como uma superação socioeconômica voltada às desigualdades e à construção de formas coletivas de organização do trabalho. Conforme Gaiger (2004), trata-se de um modo de organização fundamentado na cooperação, na solidariedade e na organização econômica orientada pelo trabalho e não pela acumulação de capital, distinguindo-se das relações competitivas e hierárquicas que caracterizam o sistema econômico dominante.

Singer (2002a), ao discutir as origens da economia solidária no país, enfatiza que esse modelo surge como resposta à precarização do trabalho e à exclusão social, estruturando-se a partir da autogestão, da iniciativa coletiva e da busca por alternativas democráticas de geração de renda.

França Filho e Laville (2004) ampliam essa compreensão ao situar a Economia Solidária dentro de um campo híbrido entre o econômico, o social e o político. Para os autores, esses empreendimentos mobilizam práticas de cooperação, ajuda mútua e responsabilidade coletiva que fortalecem vínculos comunitários e promovem desenvolvimento local.

França Filho (2006) destaca que a Economia Solidária constitui também um projeto político de democratização econômica, na medida em que cria espaços de participação social, reconhecimento e cidadania. Nessa mesma perspectiva, pesquisas contemporâneas apontam que a Economia Solidária também se articula com agendas globais de desenvolvimento sustentável, sendo reconhecida como instrumento relevante para promoção do trabalho digno e redução das desigualdades sociais (Reis; Cypriano;Vasconcelos, 2024).

Entre seus princípios estruturantes, destaca-se a autogestão, entendida como forma democrática de administrar o empreendimento, em que decisões, responsabilidades e resultados são compartilhados entre os membros. Singer (2002b) afirma que a autogestão permite aos trabalhadores assumirem o controle dos processos produtivos, fortalecendo a autonomia e o protagonismo coletivo. Albuquerque (2003), ao analisar experiências autogestionárias, reforça que a horizontalidade das relações internas, a transparência e a corresponsabilidade constituem elementos indispensáveis para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Outro princípio essencial é a cooperação, compreendida como prática organizacional que orienta o trabalho coletivo, a partilha das responsabilidades e a construção de vínculos sociais. No contexto dos empreendimentos de economia solidária, Barros e Oliveira (2019) destacam que a cooperação e a solidariedade constituem condições necessárias para o funcionamento e a eficiência dos processos produtivos, sendo construídas no cotidiano das relações de trabalho e atravessadas por desafios, conflitos e negociações. Ademais, abordagens

recentes associam a Economia Solidária a perspectivas ampliadas de desenvolvimento, como o conceito de “bem viver”, que enfatiza a construção de relações sociais mais solidárias, sustentáveis e integradas à natureza (Justo; Schiavinato, 2025).

Essa perspectiva reforça que o esforço coletivo não se limita à produção, mas expressa valores éticos que moldam as relações sociais e promovem práticas de apoio mútuo Barros e Oliveira (2019). No campo da gestão de resíduos, destaca-se o papel das cooperativas de catadores, reconhecidas como um tipo específico de empreendimentos econômicos solidários. Apesar de desafios estruturais e institucionais, tais organizações promovem avanços significativos na geração de renda, na autonomia dos trabalhadores e no reconhecimento de seu papel na sustentabilidade urbana (Magno et al., 2025).

De acordo com Gattai (2014), tais cooperativas compõem um segmento do ramo industrial, por transformarem resíduos em insumos reaproveitáveis e gerarem valor econômico e ambiental. Estudos analisados por Silva (2021) revelam que, apesar de enfrentarem desafios como carência estrutural, instabilidade institucional e dependência de parcerias públicas, essas cooperativas proporcionam avanços importantes na autonomia, na renda e no reconhecimento do papel socioambiental dos catadores.

Silva (2021) evidenciam que tais empreendimentos funcionam como espaços de emancipação econômica, construção identitária e participação política, reafirmando a relevância social da Economia Solidária no enfrentamento das desigualdades e na promoção de práticas sustentáveis. Nesse sentido, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis configuram-se como uma das expressões mais concretas da Economia Solidária, materializando seus princípios na prática cotidiana do trabalho coletivo.

2.2. Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis

A atividade desenvolvida pelas cooperativas de catadores possui grande relevância socioambiental, especialmente em municípios que ainda não possuem sistemas estruturados de gestão de resíduos. Conforme Borges *et al*. (2025), aproximadamente 90% do material reciclável que chega às indústrias tem origem no trabalho desses profissionais, o que evidencia sua centralidade na cadeia da reciclagem. Além disso, a atuação dos catadores reduz a degradação ambiental ao evitar o descarte inadequado dos resíduos, constituindo um serviço ambiental essencial, ainda que pouco reconhecido.

No Brasil, diferentes estudos de caso demonstram os avanços decorrentes da organização coletiva em associações e cooperativas. As experiências analisadas por Borges *et al.* (2025) nas cidades vencedoras do Prêmio Cidade Pró-Catador que é uma iniciativa do

Governo Federal, com apoio da Fundação Banco do Brasil e outros órgãos, para reconhecer e incentivar municípios que desenvolvem boas práticas de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis, promovendo a coleta seletiva, a economia circular e a valorização do trabalho desses profissionais essenciais;

As cidades ganhadoras como Santa Cruz do Sul (RS), Arroio Grande (RS) e Bonito de Santa Fé (PB), revelam que a formalização da coleta seletiva solidária melhora significativamente as condições de trabalho, amplia a renda e fortalece o protagonismo político dos catadores. As relações de trabalho dentro das cooperativas também apresentam especificidades importantes.

Segundo Borges *et al*. 2025, a inclusão socioprodutiva promovida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, (Lei nº 12.305/2010) e pelo Programa Pró-Catador representa um avanço na direção do trabalho decente, garantindo melhores condições laborais, acesso a equipamentos de proteção, aumento da renda e maior reconhecimento social. Contudo, os autores alertam que, apesar dos progressos, persistem situações que evidenciam a lógica da "exclusão pela inclusão", pois muitos trabalhadores seguem expostos a condições vulneráveis e à invisibilidade social.

Apesar da relevância socioambiental e dos avanços conquistados pelas cooperativas, diversos desafios estruturais continuam limitando o desenvolvimento pleno dessas organizações. Entre as principais dificuldades observadas pelas pesquisas destacam-se a falta de infraestrutura adequada, a ausência de equipamentos, a dependência de atravessadores, a carência de apoio estatal e a insegurança financeira.

Borges *et al*. 2025 afirmam que grande parte das cooperativas ainda opera em condições insalubres e sem acesso estável a políticas públicas, o que perpetua desigualdades e limita a consolidação do trabalho decente. No interior dessas cooperativas, as relações de trabalho também são atravessadas por questões sociais estruturais, dentre as quais se destaca a dimensão de gênero, especialmente pela predominância feminina nesse setor.

2.3. Gênero e Trabalho em Cooperativas de Reciclagem

O trabalho das mulheres em cooperativas de reciclagem caracteriza-se por uma participação numérica predominante e por forte presença nas etapas centrais da cadeia produtiva, especialmente triagem, separação e limpeza dos resíduos. Leal (2023) mostra que as mulheres representam a maior parte da força de trabalho na coleta seletiva, desempenhando funções essenciais e contínuas para o funcionamento das associações. A autora destaca que a reciclagem se torna, para muitas delas, uma alternativa de renda em contextos marcados pela

pobreza, instabilidade laboral e exclusão social, o que explica a forte presença feminina nesse setor.

Entretanto, a inserção produtiva dessas trabalhadoras está diretamente relacionada à sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo. Segundo Souza, Assunção e Guadagnin (2024) além do esforço físico intenso nas esteiras de triagem, as catadoras permanecem como principais responsáveis pelos cuidados familiares, pela manutenção da casa e pela organização do cotidiano doméstico. Essa dupla jornada aprofunda desigualdades de gênero e reforça papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres. O estudo mostra que, mesmo quando inseridas em empreendimentos solidários, elas continuam conciliando múltiplas responsabilidades, o que afeta sua saúde, seu bem-estar e sua participação nas decisões coletivas.

Outro aspecto recorrente nos estudos é a invisibilidade do trabalho feminino e a desigualdade de reconhecimento. Leal (2023) aponta que, embora desempenhem atividades fundamentais para a cadeia da reciclagem, as catadoras convivem com preconceitos, estigmas e descrédito social sobre sua profissão.

Pesquisas como as de Castro, Ferreira e Moreira (2021) reforçam essa percepção ao indicar que muitas mulheres enfrentam discriminação, pouca valorização e condições de trabalho desfavoráveis, com baixa renda e acesso limitado a políticas públicas. Angelim (2014), ao analisar mulheres catadoras em diferentes regiões brasileiras, também identifica situações de adoecimento, jornadas exaustivas e vulnerabilidade acentuada, agravadas pela ausência de equipamentos adequados e ambientes insalubres.

Apesar dos desafios, as cooperativas também constituem espaços importantes de fortalecimento, pertencimento e construção de autonomia. Castro, Ferreira e Moreira (2021) mostram que a participação em empreendimentos coletivos possibilita às mulheres desenvolverem capacidades de gestão, ampliar sua participação política e fortalecer sua identidade profissional. O estudo destaca que a organização coletiva cria redes de apoio e solidariedade que contribuem para a autoestima e para a superação de situações de violência e exclusão. Leal (2023) acrescenta que o trabalho cooperado proporciona oportunidades de socialização, troca de saberes e engajamento comunitário, favorecendo processos de empoderamento feminino e transformação social. Diante dessas dinâmicas, torna-se fundamental compreender como essas experiências se articulam com agendas globais de desenvolvimento, especialmente no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015,

estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que orientam os países na promoção de um modelo de crescimento mais justo, inclusivo e ambientalmente equilibrado, são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2015).

No Brasil, os ODSs são amplamente utilizados como referência para a formulação de políticas públicas e para avaliar práticas de sustentabilidade em organizações, territórios e empreendimentos sociais. No contexto da reciclagem e da Economia Solidária, os catadores ocupam papel estratégico no avanço de metas essenciais da Agenda 2030, especialmente no que se refere à inclusão produtiva, ao trabalho digno e à transição para cidades sustentáveis. Estudos reforçam que o trabalho dos catadores constitui uma ação direta de implementação dos ODS, pois integra dimensões ambientais, sociais e econômicas da sustentabilidade (Araújo *et al*., 2025).

A relação entre as cooperativas de reciclagem e os ODSs torna-se evidente quando observa-se as metas vinculadas ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades). As cooperativas compostas majoritariamente por mulheres revelam processos de empoderamento, autonomia econômica e fortalecimento do protagonismo feminino, aspectos centrais do ODS 5. A formalização e a melhoria das condições de trabalho previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos e em programas como o Pró-Catador dialogam diretamente com o ODS 8, ao promover segurança, reconhecimento e renda estável para trabalhadoras historicamente marginalizadas.

Já no campo ambiental, destaca-se a forte vinculação com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que estão orientados à gestão eficiente dos resíduos e à promoção da economia circular. O trabalho das cooperativas reduz a pressão sobre aterros, amplia as taxas de reciclagem e reintegra materiais ao ciclo produtivo, ações essenciais para o cumprimento do ODS 12 e reconhecidas como fundamentais para a sustentabilidade urbana (Araújo *et al*., 2025; Valencia; Solíz; Yépez, 2023).

Diante disso, para melhor entendimento do objetivo deste estudo, cabe detalhar os ODSs de número 5,8,10,11 e 12 e suas metas que serão abordados neste trabalho e se alinham com os aspectos que aqui serão analisados. No quadro 1 se apresentam os ODSs e suas respectivas metas.

Quadro 1: ODSs e metas analisadas no estudo

ODS	METAS			
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.	5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos	8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.	
Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.		

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.	11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.		
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.	12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.		

Fonte: ONU, 2015

Assim, em consonância com o objetivo proposto, este estudo centra-se na análise da atuação das catadoras vinculadas à AMARECG, em Campina Grande – PB, buscando compreender de que maneira o trabalho coletivo realizado na associação contribui para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, orientam a análise das dimensões sociais, econômicas e ambientais abordadas neste estudo, as cooperativas de catadoras contribuem para esses objetivos ao promover a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos, reduzindo o volume destinado a aterros e mitigando impactos ambientais, em consonância com os ODS 11 e 12 definidos na Agenda 2030 (ONU, 2015).

Além disso, ao integrarem trabalhadores historicamente excluídos à cadeia produtiva da reciclagem, essas organizações ampliam o acesso à renda, ao reconhecimento social e a melhores condições de trabalho, contribuindo para o cumprimento das metas relacionadas ao trabalho decente e à redução das desigualdades.

A Economia Solidária fundamenta essas práticas ao organizar o trabalho de forma coletiva, por meio da autogestão, da cooperação e da partilha de responsabilidades, enquanto a perspectiva de gênero permite vivenciar e enfrentar desigualdades estruturais que afetam principalmente as mulheres, majoritárias nas cooperativas. Conforme analisa Leal (2023), o reconhecimento do trabalho feminino, a ampliação da participação das catadoras nos processos decisórios e o fortalecimento de sua autonomia econômica constituem dimensões centrais para

a promoção da igualdade de gênero, alinhando-se diretamente ao ODS 5.

Dessa forma, a articulação entre ODS, Economia Solidária, cooperativismo das catadoras e gênero sustenta a análise dos resultados deste estudo, permitindo compreender como a atuação das catadoras da AMARECG contribui, na prática, para o avanço das metas da Agenda 2030 no contexto local.

3. Aspectos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de um estudo de caso na Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (AMARECG), e tem como objetivo analisar a contribuição do trabalho das catadoras para metas dos ODS, considerando a economia solidária como base organizacional.

A organização coletiva foi formalizada em 2022 com apoio do projeto de extensão da Universidade Federal de Campina Grande. Composta atualmente por 15 mulheres residentes no bairro do Pedregal, em Campina Grande - PB, que atuam na coleta e triagem de materiais recicláveis há mais de cinco anos e com faixa etária entre 35 a 62 anos. As associadas seguem em luta pela garantia de direitos e por apoio público para a construção de um espaço físico próprio.

A associação surgiu a partir de um processo de mobilização coletiva voltado à melhoria das condições de trabalho, geração de renda e reconhecimento social das catadoras, configurando-se como um espaço de organização, cooperação e fortalecimento da autogestão. As atividades desenvolvidas pela AMARECG concentram-se na coleta, separação, triagem e destinação dos materiais para atravessadores, contribuindo para a sustentabilidade ambiental no município. Apesar dos avanços obtidos desde sua formalização, a associação ainda enfrenta desafios estruturais, como a ausência de espaço físico próprio, o que reforça sua relevância como lócus desta pesquisa.

Essa abordagem permite compreender, as práticas organizacionais, os desafios estruturais e o papel socioambiental desempenhado pelas catadoras, em um contexto marcado pela ausência de um espaço físico institucionalizado. A etapa empírica foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco catadoras vinculadas à AMARECG, o número de catadores entrevistadas foi 5 pelo fato de se verificar uma saturação sobre as resposta obtidas, consequências que podem acontecer em grupos que vivem em realidades parecidas, o tempo de atuação na atividade varia entre aproximadamente 9 e 29 anos, com trajetórias marcadas por

experiências diversas e forte vínculo com responsabilidades familiares, sendo uma das entrevistadas a presidente da associação.

O roteiro das entrevistas foi elaborado pela autora, com base na revisão teórica sobre Economia Solidária, cooperativismo e trabalho feminino na reciclagem, e os ODS relacionados, com o objetivo de identificar e analisar dimensões específicas dessas práticas no contexto da associação. Foram definidas sete dimensões como, autogestão, cooperativismo, trabalho das catadoras, inclusão produtiva, contribuições aos ODS, desafios estruturais e empoderamento feminino que fundamentam tanto a elaboração das perguntas quanto a organização dos resultados.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo Temática, conforme Bardin (2011), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. No processo de codificação, as falas foram organizadas a partir das dimensões previamente definidas no roteiro de entrevistas. Para cada dimensão, foram elaboradas perguntas específicas, o que possibilitou, na fase de tratamento e interpretação, agrupar unidades de registro e de contexto relacionadas a cada eixo temático. A categorização foi realizada com base nessas dimensões, permitindo identificar padrões, recorrências e singularidades nos discursos das entrevistadas, sempre considerando o contexto social e organizacional no qual foram produzidos (Bardin, 2011; Teodoro; Oliveira, 2024).

A partir desse procedimento, os conteúdos foram sistematizados conforme as dimensões, e posteriormente relacionados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), de modo a analisar o alinhamento entre a prática local e as diretrizes globais. A definição das dimensões analíticas decorreu diretamente da revisão teórica realizada neste estudo. Foram identificados, na literatura sobre Economia Solidária, os princípios estruturantes que caracterizam os empreendimentos solidários, tais como autogestão, cooperação, solidariedade, democratização das decisões e centralidade do trabalho sobre o capital (Singer, 2002; Gaiger, 2004; França Filho; Laville, 2004). Esses princípios orientaram a construção das dimensões analíticas.

Considerando o objeto específico da pesquisa, uma associação composta exclusivamente por mulheres catadoras, foram incorporadas contribuições da literatura sobre gênero, trabalho na reciclagem, inclusão socioprodutiva e precarização (Leal, 2023; Castro; Ferreira; Moreira, 2021; Borges et al., 2025). Dessa articulação entre teoria sobre a Economia Solidária e estudos específicos sobre catadoras emergiram as dimensões que estruturam o roteiro de entrevistas e a análise qualitativa. O quadro a seguir sistematiza essa construção:

Quadro 2 – Sistematização da construção das dimensões

Dimensão Analítica	Fundamentação Conceitual	Principais Referências	Aspectos Investigados	ODS Relacionados
Autogestão	Gestão democrática e participação coletiva nas decisões.	Singer (2002); Gaiger (2004)	Processos decisórios, resolução de conflitos e participação nas reuniões.	5 , 8 e 10
Cooperativismo	Cooperação, solidariedade e organização coletiva do trabalho.	(Barros; Oliveira, 2019) (Aguerre et al., 2025)	Divisão do trabalho, ajuda mútua e organização da coleta e comercialização.	8, 10 e 12
Trabalho das catadoras	Condições concretas de trabalho e centralidade na cadeia da reciclagem.	de Andrade, M. T. (2023). Leal (2023) Borges et al. (2025)	Atividades realizadas, riscos ocupacionais e condições de infraestrutura.	8 e 11
Inclusão produtiva	Inserção econômica e geração de renda em contextos de vulnerabilidade.	Singer (2002); (Castro; Araújo, 2024)	Geração de renda, autonomia econômica e apoio institucional.	5, 8 e 10
Contribuições aos ODS	Papel da reciclagem na sustentabilidade urbana.	Araújo et al. (2025) Sousa (2023)	Reciclagem, redução de resíduos e impacto na cidade.	8, 10, 11 e 12
Desafios estruturais	Precarização e fragilidades institucionais.	Gattai (2014) França Filho (2006)	Ausência de galpão, instabilidade de renda e fragilidade institucional.	8, 11 e 12
Empoderamento feminino	Autonomia, identidade e reconhecimento social das mulheres.	Angelim (2014) (Castro; Ferreira;Moreira, 2021) (Souza; Assunção; Guadagnin, 2024)	Autonomia, reconhecimento e conciliação trabalho-família.	5 e 10

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A sistematização apresentada no quadro evidencia que as dimensões da Economia Solidária constituem o eixo estruturante desta investigação, assegurando coerência entre

referencial teórico, instrumento de coleta e procedimento analítico. Essa construção metodológica permitiu apreender, de forma estruturada, como os princípios solidários se manifestam na prática cotidiana da AMARECG, evidenciando aspectos organizacionais, sociais e produtivos da experiência das catadoras. A partir dessas dimensões, tornou-se possível, posteriormente, relacionar os achados empíricos em relação às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, a Economia Solidária orienta a análise, enquanto os ODS ampliam a compreensão do alcance socioambiental da experiência investigada.

Por fim, utilizou-se o NotebookLM (Google, 2024), ferramenta de inteligência artificial voltada à organização e síntese de informações, como apoio metodológico na sistematização dos dados analisados. A plataforma possibilitou a integração dos conteúdos teóricos e empíricos, contribuindo para a identificação de padrões, relações entre os eixos temáticos e construção de uma visão mais estruturada dos resultados. A partir deste suporte, foi elaborado um infográfico analítico, que favorece a visualização e a interpretação dos achados da pesquisa de forma clara, articulada e acessível, sem substituir a análise crítica da pesquisadora, mas atuando como recurso complementar de apoio à interpretação dos dados.

4. Resultados e discussões

Os resultados da pesquisa são apresentados com base nas categorias analíticas definidas no roteiro de entrevistas e orientadas pela Análise de Conteúdo Temática. As falas das entrevistadas evidenciam como a experiência da AMARECG se articula aos princípios da Economia Solidária e às metas da Agenda 2030, ao mesmo tempo em que revelam limites estruturais que condicionam a atuação e o fortalecimento institucional da associação.

4.1 Dimensão autogestão

A dimensão autogestão refere-se aos modos pelos quais as integrantes da associação participam da definição das atividades, da resolução de conflitos, das instâncias decisórias e da avaliação de sua própria capacidade de influência no coletivo, constituindo elemento central dos empreendimentos de Economia Solidária. Para sua análise, foram elaboradas cinco questões, associadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 5 (meta 5.5), ODS 8 (meta 8.3) e ODS 10 (meta 10.2).

Com base nas respostas obtidas, observa-se que, quanto às definições das atividades, a maioria das entrevistadas relatou processos coletivos baseados em reuniões e acordos informais, como evidenciado nas falas: *"Quando tem algum projeto para comunicar os catadores, a gente faz a reunião... e aí a gente discute os nossos projetos"* (E3) e *"a gente se reuni em reunião,*

para resolver o que a gente pode fazer o que pode decidir" (E4). Além disso, E1 menciona a existência de uma organização prática no cotidiano da coleta ao relatar que *"a gente tem o dia de reciclar, nas terças, quintas e sábado que é os dias que o carro passa"*, demonstrando que parte das atividades também é orientada por rotinas previamente acordadas entre as integrantes. Esses relatos indicam avanços em direção à organização produtiva coletiva prevista no ODS 8 (meta 8.3), reforçando a compreensão de Singer (2002), ao afirmar que a autogestão se constrói no cotidiano, por meio da participação direta dos trabalhadores nas decisões relativas ao processo produtivo.

No que se refere à resolução de conflitos, observa-se predominância de respostas positivas, centradas no diálogo, nas reuniões e na busca por consenso, conforme afirmaram E1: *"eu acho melhor assim chegar e conversar"* e E5: *"resolve conversando né, faz reunião". E3 reforça essa lógica ao afirmar que "a gente tem que chegar num acordo né… como nós somos uma associação… a gente tem que entrar num acordo".* Tais estratégias reforçam a dimensão democrática da autogestão e apontam para contribuições às metas do ODS 10 (meta 10.2) e do ODS 5 (meta 5.5), conforme argumenta Gaiger (2004) ao destacar que empreendimentos solidários tendem a privilegiar mecanismos negociados de resolução de conflitos em oposição a hierarquias rígidas.

Sobre a possibilidade de opinar nas decisões, as entrevistadas afirmaram que todas podem se manifestar, como indicam as falas: *"todos tem que dar opinião"* (E3) e *"todos tem que falar"* (E5). E4 acrescenta que *"pode, se você tiver falando uma coisa que teja certo"*, sugerindo que as propostas são submetidas à avaliação coletiva. Esse conjunto de respostas aponta para avanços em termos de participação feminina e inclusão política interna, contribuindo para as metas do ODS 5 e do ODS 10. França Filho e Laville (2004) ressaltam que a democratização das decisões constitui um dos pilares da Economia Solidária, sendo fundamental para a construção da autonomia coletiva.

Em contrapartida, quando questionadas se sentem que suas vozes são efetivamente ouvidas, emergem percepções divergentes. Duas entrevistadas expressaram opiniões críticas, como E1: *"muito não… porque quem é coordenadora… ela que é a presidente"*, e E4: *"às vezes você dá uma sugestão e já tem outra… é complicado"*. Por outro lado, também foram registradas percepções positivas, como E2: *"com certeza, é ouvida sim"*, e E5: *"sim, com certeza!"*. Essas diferenças sugerem a existência de experiências desiguais no interior da associação, possivelmente associadas à concentração de funções em lideranças formais e à irregularidade das reuniões.

Em organizações marcadas por limitações estruturais e pela ausência de sede própria, é comum que determinadas integrantes acumulem maior protagonismo organizativo, enquanto outras se percebem menos inseridas nos processos decisórios. Como confirma Singer (2002), ao alertar que a autogestão não elimina automaticamente assimetrias internas, sobretudo em contextos de precariedade material e institucional.

Situação semelhante é observada no que se refere às reuniões. Embora a maior parte das entrevistadas reconheça sua realização e relevância para o funcionamento da associação, emergem percepções distintas quanto à regularidade e à participação, como evidenciam as falas: *"a reunião acontece de 15 em 15 dias aqui no cras"* (E4) e, em sentido oposto, *"o povo tem preguiça nem vem pra reunião"* (E2). Desse modo, ainda que esses encontros se configuram como espaços relevantes de deliberação coletiva contribuindo para as metas dos ODS 8 e 10, a irregularidade em sua ocorrência e a adesão parcial das associadas restringem seu potencial como instâncias estruturantes da autogestão. Conforme destaca Gaiger (2004), a consolidação de espaços decisórios institucionalizados é fundamental para que a gestão coletiva não dependa exclusivamente de relações interpessoais.

Desse modo, embora as falas indiquem a existência de práticas participativas, observa-se que a autogestão na AMARECG apresenta limites concretos, especialmente quando as entrevistadas apontam que suas sugestões nem sempre são acolhidas e que a liderança formal tende a concentrar decisões. Esse resultado reforça a argumentação de Singer (2002), segundo a qual a autogestão não se realiza automaticamente pela existência formal do empreendimento, mas depende de condições materiais mínimas, rotinas organizacionais estáveis e espaços regulares de deliberação coletiva. Assim, a precariedade estrutural (ausência de sede, baixa institucionalização e irregularidade das reuniões) favorece assimetrias internas, ainda que o discurso coletivo permaneça presente.

Atendimento aos ODS

PARCIAL		
ODS 5	**ODS 8**	**ODS 10**

4.2 Dimensão cooperativismo

A dimensão cooperativismo refere-se às práticas de trabalho coletivo, divisão das atividades, ajuda mútua, organização produtiva, resolução conjunta de problemas e rodízio de funções, princípios centrais da Economia Solidária e das cooperativas populares. Para sua análise, foram elaboradas seis questões relacionadas à divisão do trabalho, à rotina das

atividades, ao apoio entre as integrantes, à organização da coleta, separação e venda dos materiais recicláveis, à resolução de problemas e ao rodízio de funções. Essas questões foram associadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 8 (meta 8.3), ODS 10 (meta 10.2) e ODS 12 (meta 12.5), por tratarem, respectivamente, do fortalecimento de atividades produtivas coletivas, da inclusão econômica e social e da promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo por meio da reciclagem e do reuso.

Com base nas respostas obtidas, observa-se que predomina uma lógica individualizada de organização do trabalho, especialmente no que se refere à divisão das tarefas e à comercialização dos materiais. Como relatado: *"cada um trabalha e coloca na suas casas"* (E3), *"não tem divisão não, cada ca coleta"* (E4) e *"cada um que vai pra rua pega sua carroça"* (E2). Essas falas indicam limitações para o alcance do ODS 8 (meta 8.3), que trata do fortalecimento de atividades produtivas coletivas e do empreendedorismo cooperativo. Conforme Singer (2002), a organização conjunta da produção constitui elemento central do cooperativismo e da autogestão, o que se mostra frágil no caso estudado, sobretudo pela ausência de infraestrutura.

No que se refere à ajuda mútua, as falas apresentaram sentidos distintos. Algumas entrevistadas relataram práticas solidárias cotidianas, como: *"a carroça da amiga quebra… aí empresto a minha"* (E2) e *"dá pra você passar lá no prédio que eu cato?… aí eu vou passar lá"* (E5). Por outro lado, surgiram falas que negam a existência desse apoio de forma sistemática, como: *"não, a gente não, procura se ajudar não, de jeito nenhum"* (E4) e *"não, não, cada um cata nos seus bairros diferentes"* (E3). Esses resultados revelam avanços pontuais, porém ainda insuficientes para caracterizar uma cooperação institucionalizada, conforme argumenta Gaiger (2004), ao destacar que a solidariedade nos empreendimentos coletivos precisa ser construída e consolidada no cotidiano organizacional.

Quanto à organização da coleta, separação e venda dos materiais, houve convergência entre as entrevistadas ao indicar que a triagem ocorre individualmente e que a comercialização depende de atravessadores, frequentemente avaliados de forma negativa: *"chamo o caminhão que é o atravessador"* (E3), *"ele compra, preço barato, mas compra" (E2) e "já compra barato e ainda vai tirar 2 quilos de cada saco"* (E5). Essas falas demonstram fragilidades no alcance do ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e do ODS 8, uma vez que a comercialização coletiva e direta com a indústria tende a ampliar a renda e fortalecer a autonomia econômica das cooperativas de catadores, como apontam Borges *et al*. (2025) e Silva (2021).

Sobre a resolução de problemas, parte das catadoras relatou recorrer ao diálogo e às reuniões, como se observa em: *"o melhor é sentar e conversar"* (E1), *"se unindo… aí resolver"*

(E2) e *"discutir pra gente chegar num acordo"* (E3). Indicam avanços na dimensão relacional do cooperativismo e contribuições ao ODS 8, especialmente no que se refere à construção de processos decisórios mais participativos, ainda que tais mecanismos não estejam plenamente consolidados, conforme assinalam Singer (2002) e Gaiger (2004).

Por fim, no que diz respeito ao rodízio de atividades, predominou a percepção de que essa prática inexiste de forma estruturada, estando condicionada à existência de infraestrutura coletiva: *"esse ponto aí poderia fazer, se caso tivesse o galpão"* (E4) e *"cada um vai pra um bairro"* (E3). A ausência desse mecanismo limita o desenvolvimento pleno do cooperativismo e indica restrições no alcance das metas relacionadas, uma vez que, segundo Singer (2002), a alternância de funções contribui para ampliar a autonomia das trabalhadoras, reduzir desigualdades internas e fortalecer a gestão democrática nos empreendimentos solidários.

Os resultados evidenciam que, apesar da formalização institucional da AMARECG, a dinâmica produtiva ainda se organiza predominantemente de forma individual, especialmente no que se refere ao armazenamento e à comercialização dos materiais recicláveis. Esse dado revela uma contradição relevante: a associação se constitui como espaço de pertencimento, reconhecimento e luta coletiva, mas ainda não consegue consolidar plenamente uma base produtiva cooperada. Tal condição reforça a interpretação de Gaiger (2004), ao indicar que a cooperação não se sustenta apenas por valores solidários, mas exige infraestrutura, organização logística e mecanismos coletivos permanentes. Nesse sentido, a ausência de galpão atua como um fator estruturante que impede a operacionalização do cooperativismo, afetando diretamente a autonomia econômica e a capacidade de negociação da associação.

Atendimento aos ODS

PARCIAL			POSITIVO	
ODS 5	**ODS 8**	**ODS 12**	**ODS 10**	**ODS 11**

4.3 Dimensão trabalho das catadoras

A dimensão trabalho das catadoras refere-se às atividades realizadas no processo de reciclagem, às condições concretas de trabalho, às dificuldades enfrentadas no cotidiano, à existência (ou não) de infraestrutura adequada, à disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs) e às etapas produtivas desempenhadas pelas trabalhadoras. Para sua análise, foram elaboradas cinco questões, relacionadas às tarefas exercidas, às dificuldades enfrentadas, à ausência de sede própria, aos equipamentos disponíveis e às etapas do processo de reciclagem. Essas questões foram associadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS

8 (metas 8.5 e 8.8), ODS 11 (meta 11.6) e ODS 12 (meta 12.5), por abordarem trabalho decente, segurança laboral, sustentabilidade urbana e reciclagem.

Com base nas respostas obtidas, observa-se que as catadoras desempenham todas as fases centrais do processo produtivo, desde a coleta até a separação e a comercialização dos materiais, como evidenciam as falas: *"eu coleto, eu amarro, eu ajeito… separo"* (E2), *"a gente separa né a reciclagem… tudo separado no seu devido lugar"* (E3) e *"o que a gente faz é separar, é coletar, sair na rua"* (E5). Essa multiplicidade de tarefas evidencia a centralidade do trabalho dessas mulheres na cadeia da reciclagem, conforme discutem Leal (2023) e Borges *et al*. (2025), ao apontarem que as catadoras exercem papel estratégico na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na viabilização da coleta seletiva.

Nesse sentido, tais práticas contribuem diretamente para o alcance do ODS 12, especialmente da meta 12.5, ao promoverem a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos, bem como para o ODS 11 (meta 11.6), ao colaborar para a redução dos impactos ambientais nas cidades (ONU, 2015). Contudo, a execução dessas atividades em condições adversas revela limites importantes no cumprimento do ODS 8, sobretudo nas metas 8.5 e 8.8, que tratam do trabalho decente e da proteção laboral.

No que se refere às dificuldades enfrentadas, predominam relatos de discriminação social, acidentes de trabalho e exposição constante a riscos físicos, como cortes por vidro, esforço excessivo e transporte manual de cargas. As entrevistadas relataram situações de preconceito, como *"eles cuspindo, com nojo"* (E1), e de acidentes recorrentes: *"os vidros corta os dedos da gente… sangrou muito" (E2) e "a gente se corta muito… o trabalho da gente é muito difícil"* (E3). Esses relatos confirmam a literatura que aponta a persistência da vulnerabilidade ocupacional entre catadores, conforme discutem Andrade (2023) e Leal (2023), e indicam fragilidades no alcance do ODS 8 e do ODS 10, ao evidenciarem desigualdades, estigmatização social e insegurança laboral.

Quanto à ausência de sede própria ou galpão, a maioria das entrevistadas destacou esse aspecto como um dos principais entraves ao exercício do trabalho, sobretudo em razão do armazenamento dos resíduos nas residências, o que gera riscos sanitários e ambientais. Tal situação é evidenciada nas falas: *"aparecia rato, aparecia escorpião… não tem um lugar pra botar"* (E1), *"deixar de ta ajuntando essas reciclagens em casa… traz muitas doenças"* (E5) e *"a gente não tem né… nossa batalha desde de 2022"* (E3). Esses relatos revelam limites ao alcance do ODS 11, relacionado à sustentabilidade urbana, além de comprometerem a consolidação do ODS 8, que conforme discutem Borges *et al*. (2025), a ausência de infraestrutura adequada intensifica a precarização do trabalho das catadoras.

No que diz respeito à disponibilidade de equipamentos de proteção individual, as respostas indicam avanços recentes, porém ainda irregulares. Algumas entrevistadas afirmaram: *"a gente tem luva, a gente tem bota… capa de chuva"* (E4) e *"mandou fazer um fardamento… cada um de nós tem 2"* (E5). Em contraposição, outras relataram insuficiência desses equipamentos, como E3: *"não, de maneira nenhuma"*. Esses dados apontam avanços parciais no alcance do ODS 8, sobretudo no que se refere à promoção de ambientes de trabalho mais seguros (meta 8.8), mas revelam a necessidade de políticas públicas contínuas para garantir proteção adequada e permanente às trabalhadoras.

Embora a atuação das catadoras contribua diretamente para a sustentabilidade urbana, sobretudo no que se refere à reciclagem e à redução do descarte inadequado (ODS 11 e ODS 12), os relatos evidenciam que tais contribuições são produzidas sob condições de trabalho marcadas por riscos ocupacionais, precariedade e baixa proteção social, o que fragiliza o alcance do ODS 8, especialmente no que se refere às metas 8.5 e 8.8. Assim, observa-se um paradoxo recorrente no campo da reciclagem popular: a cidade se beneficia ambientalmente do trabalho das catadoras, mas esse serviço essencial permanece sustentado por uma estrutura que naturaliza desigualdades, informalidade e estigmas sociais.

Atendimento aos ODS

NEGATIVO			PARCIAL	
ODS 5	ODS 8	ODS 10	ODS 11	ODS 12

4.4 Inclusão produtiva

A dimensão inclusão produtiva refere-se à capacidade da associação de gerar renda, promover autonomia econômica, fortalecer a autoestima das trabalhadoras e favorecer sua inserção social, bem como à existência de apoio institucional e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da atividade. Para sua análise, foram elaboradas quatro questões, relacionadas à contribuição do trabalho para a renda, ao apoio do poder público, às mudanças percebidas após a entrada na associação e ao sentimento de independência econômica. ODS 8 (metas 8.3 e 8.5), ODS 10 (meta 10.2), ODS 11 (meta 11.6) e ODS 5 (meta 5.5), por tratarem da inclusão produtiva, autonomia econômica, redução das desigualdades, sustentabilidade urbana e fortalecimento do protagonismo feminino.

Com base nas respostas obtidas, observa-se que todas as entrevistadas reconhecem a reciclagem como fonte fundamental de subsistência, ainda que marcada por instabilidade de preços e rendimentos. As falas demonstram essa inclusão: *"mim ajuda muito… encher um*

botijão de gás, paga uma luz" (E2), *"a gente vive da reciclagem"* (E3) e *"contribui bastante… se não fosse essas reciclagem, da onde a gente vai tirar dinheiro?"* (E5). Entretanto, a Entrevistada 1 ressaltou a oscilação do mercado ao afirmar que *"depois que o papelão começou a ficar baixo minha fia o preço"*. Esses achados indicam avanços no alcance do ODS 8, especialmente no que se refere à geração de renda e inserção produtiva, mas também revelam dificuldades estruturais relacionadas à instabilidade econômica da atividade, conforme discutem Leal (2023) e Borges *et al*. (2025) ao analisarem a vulnerabilidade dos catadores diante das flutuações do mercado de recicláveis.

No que se refere ao apoio do poder público, houve unanimidade quanto à sua insuficiência ou inexistência. As entrevistadas afirmaram: *"até agora não"* (E1), *"só promessa, promessa e nada"* (E3) e *"apoio mesmo a gente não tem não"* (E5). Mesmo quando houve menção a diálogos institucionais, como relatou E4 *"o apoio que ele disse foi se vocês arrumar um espaço"* percebe-se que as iniciativas não se concretizaram. Esses resultados indicam limitações importantes no alcance do ODS 8 e do ODS 11, no que se refere à promoção de políticas públicas de inclusão socioprodutiva e fortalecimento de empreendimentos coletivos, corroborando a literatura que aponta a dependência de apoio público para a consolidação de associações de catadores (Leal, 2023; Borges *et al*., 2025).

Quanto às mudanças percebidas após o ingresso na associação, as falas revelam efeitos positivos, tanto de forma material quanto simbólico. Algumas entrevistadas relataram melhoria nas condições de vida *"faltava minhas coisas, e agora tá faltando mais não"* (E2) e ampliação do reconhecimento social, como afirmou E3: *"a gente tamos sendo mais conhecida né? na cidade"*. Destaca-se ainda a dimensão subjetiva do trabalho, evidenciada por E4: *"antigamente eu me sentia um lixo… hoje eu sei que tenho valor"*. Esses relatos dialogam com a perspectiva da Economia Solidária discutida por Singer (2002) e Gaiger (2004), segundo a qual a participação em empreendimentos coletivos contribui não apenas para a renda, mas também para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do pertencimento social, aspectos diretamente relacionados ao ODS 10 (redução das desigualdades) e ao ODS 5 (igualdade de gênero).

Por fim, todas as entrevistadas afirmaram que o trabalho contribui para o sentimento de independência econômica, como demonstram as falas: *"me sinto independente"* (E4), *"a gente compra alimento para dentro de casa"* (E3) e *"ajuda, bastante, ajuda!"* (E5). Esses resultados evidenciam avanços no alcance do ODS 8, especialmente no que se refere à autonomia econômica e à inclusão produtiva, ainda que condicionados às fragilidades estruturais já mencionadas, como a ausência de galpão e o apoio institucional limitado.

Atendimento aos ODS

PARCIAL				
ODS 5	**ODS 8**	**ODS 10**	**ODS 11**	**ODS 12**

4.5 Contribuições aos ODS

A dimensão contribuições aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável refere-se à percepção das catadoras acerca dos impactos de sua atuação para a cidade e para o meio ambiente, bem como às mudanças em suas condições de vida, reconhecimento social e qualidade de vida a partir da participação na associação. Foram analisadas seis questões relativas à melhoria ambiental urbana, à reciclagem, ao sentimento de importância social, à redução de dificuldades anteriores, às transformações na vida familiar e à ampliação das oportunidades. Essas questões foram associadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 11 (meta 11.6), ODS 12 (meta 12.5), ODS 8 (meta 8.5), ODS 10 (meta 10.2) e ODS 5 (meta 5.5).

Os depoimentos revelam convergência quanto ao impacto ambiental positivo da atividade, sobretudo no que se refere à limpeza urbana e à redução do descarte inadequado de resíduos. As entrevistadas afirmaram: *"ajuda, ajuda muito o meio ambiente"* (E1), *"a gente tá limpando a cidade, é muito importante"* (E2) e *"se a gente não fosse os catador... os bueiros tudo entupidos, os rios... tudo poluído"* (E3). Esses relatos evidenciam contribuições diretas ao ODS 11 (meta 11.6) e ao ODS 12 (meta 12.5), ao promoverem a reciclagem e reduzirem os impactos ambientais urbanos, em consonância com Leal (2023), que destacam o papel estratégico das cooperativas e associações de catadores na gestão dos resíduos sólidos.

A reciclagem também é reconhecida como prática essencial para a preservação ambiental, conforme indicam as falas *"com certeza!"* (E2) e *"leva para as indústrias... são feitas novos produtos"* (E3). Tais percepções contribui para os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e reconhece a coleta como eixo estruturante da sustentabilidade urbana, reforçando os avanços nos ODS 11 e 12.

No que se refere ao reconhecimento social, a maioria das entrevistadas afirmou sentir-se importante para a cidade após o ingresso na associação: *"depois da amare a gente tá sendo mais valorizado"* (E1), *"eu acho excelente o serviço que eu faço"* (E2) e *"a gente que traz benefício pra cidade"* (E3). Essas falas afirmam o que relatam Singer (2002) e Gaiger (2004), sobre os empreendimentos da economia solidária contribuírem para a construção de identidade

profissional, fortalecimento da autoestima e ampliação do pertencimento social, articulando-se ao ODS 10 e ao ODS 5, no que se refere à valorização do trabalho feminino.

Quanto à redução das dificuldades anteriores, os relatos indicam melhora nas condições de vida, associada sobretudo à geração de renda e ao acesso a bens básicos: *"não precisava de ficar comprando fiado"* (E1) e *"faltou mas nada dentro da minha casa não"* (E2). Entretanto, a E3 destacou que parte dessas melhorias esteve vinculada ao recebimento de equipamentos de proteção: *"as meninas da Sesuma deu EPIs pra gente"*. Esses resultados evidenciam alcance parcial do ODS 8, uma vez que, conforme apontam , Borges *et al*. (2025) e Andrade (2023), a permanência da precariedade estrutural e a dependência de apoios institucionais limitam a consolidação do trabalho decente nas associações de catadores.

No que diz respeito à vida familiar e à qualidade de vida, os depoimentos foram majoritariamente positivos: *"eu sustento minha família com reciclagem"* (E3), *"foi como eu criei meus filhos"* (E4) e *"melhora bastante a gente"* (E3). Todavia, a fala da Entrevistada 5 *"melhora, é uma ajuda, melhora, mas muito não!"* indica que, embora relevantes, os impactos não eliminam completamente as vulnerabilidades socioeconômicas. Confirma as análises desenvolvidas por Leal (2023) e Borges *et al*. (2025), segundo as quais a atuação dos catadores promove inclusão social e ambiental, mas segue condicionada a limitações estruturais e institucionais.

Atendimento aos ODS

POSITIVO			
ODS 5	**ODS 10**	**ODS 11**	**ODS 12**

4.6 Desafios estruturais

A dimensão desafios estruturais refere-se aos obstáculos enfrentados pelas catadoras no desenvolvimento de suas atividades, envolvendo preconceito social, ausência de infraestrutura adequada, instabilidade da renda, dificuldades de transporte e comercialização dos materiais, acesso a equipamentos de proteção individual e reconhecimento por parte do poder público. Para sua análise, foram elaboradas sete questões, abordando esses diferentes aspectos. Essas questões foram associadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 8 (metas 8.3 e 8.8), ODS 10 (meta 10.2), ODS 11 (meta 11.6), ODS 12 (meta 12.5).

Com base nas respostas obtidas, observa-se que o problema mais recorrente mencionado pelas entrevistadas é a ausência de um galpão para armazenamento e triagem dos materiais, apontada de forma praticamente unânime. As falas *"o galpão somente"* (E4), *"as dificuldades*

todinha é esse galpão que a gente não tem" (E3) e *"apoio com o galpão… material pra trabalhar, carroça"* (E2) evidenciam que a falta de infraestrutura limita a organização coletiva e dificulta a obtenção de melhores preços de venda. Tal realidade compromete o alcance do ODS 8 (meta 8.3) e do ODS 12 (meta 12.5), ao restringir a consolidação de práticas produtivas sustentáveis e cooperativas.

Outro desafio fortemente presente diz respeito à discriminação social vivenciada durante a coleta nas ruas. As entrevistadas relataram situações de preconceito, como *"tem gente que tem nojo da gente"* (E1) e *"ficam debochando, fica cuspindo"* (E2). Essas experiências revelam a persistência de estigmas associados ao trabalho com resíduos e indicam fragilidades no alcance do ODS 10, sobretudo no que se refere à redução das desigualdades e à inclusão social.

No que concerne à renda, os relatos mostram percepções divergentes. Enquanto E2 afirmou que *"é com certeza é sim"* suficiente, E3 e E5 ressaltaram sua insuficiência: *"o atravessador compra os nossos material muito barato"* (E3) e *"a gente ganha muito pouco nisso"* (E5). E4 foi ainda mais enfática ao declarar: *"se eu disser a você que dá pra sobreviver o mês eu tô mentindo"*. Esses depoimentos dialogam com Leal (2023) e Borges *et al*. (2025), que apontam que, embora a catação represente a principal fonte de subsistência para muitas famílias, a renda permanece instável em razão da dependência de atravessadores, da oscilação dos preços dos recicláveis e da fragilidade estrutural das associações. Tal cenário revela limites importantes no alcance do ODS 8, sobretudo no que se refere à promoção do trabalho decente e à segurança econômica das trabalhadoras.

As dificuldades de transporte e comercialização também aparecem com frequência. As entrevistadas mencionaram o esforço físico intenso e prejuízos na venda, como em *"puxa descendo ladeira… a gente não tem transporte"* (E3) e *"se tirar 20, ou 30 reais… vai fazer falta"* (E4). Ainda que algumas relatem facilidade logística *"a gente liga o rapaz vem buscar"* (E2), prevalece a percepção de vulnerabilidade nas negociações, reforçando fragilidades estruturais que restringem a efetivação do trabalho decente previsto no ODS 8.

Quanto ao acesso a equipamentos de proteção, as respostas indicam uma situação heterogênea. Algumas afirmaram recebê-los *"com certeza!"* (E2) e *"oferece, de proteção oferece"* (E4), enquanto outras destacaram que a provisão depende de ações pontuais de órgãos externos: *"quem dá é a sesuma"* (E3). Essa irregularidade demonstra a ausência de políticas públicas contínuas voltadas à proteção laboral, comprometendo o ODS 8.

Por fim, quanto ao reconhecimento social, observa-se apoio por parte da comunidade, expresso em falas como *"tem gente que já guarda aquela sacolinha"* (E1) e *"a comunidade vê*

a gente trabalhando todo dia" (E3). Entretanto, há forte convergência negativa em relação ao poder público: *"pelo poder público não"* (E1), *"nada!"* (E3) e *"se a gente fosse reconhecido eles faziam alguma coisa pela gente"* (E4). Esse contraste evidencia fragilidade institucional e baixa inserção das catadoras nas políticas municipais, limitando o alcance do ODS 10.

Atendimento aos ODS

NEGATIVO			
ODS 8	**ODS 10**	**ODS 11**	**ODS 12**

4.7 Empoderamento feminino

A dimensão empoderamento feminino refere-se ao fortalecimento da autonomia econômica, social e emocional das catadoras, ao aumento da autoconfiança, ao reconhecimento social enquanto trabalhadoras, à construção de redes de apoio entre mulheres e à conciliação entre trabalho produtivo e responsabilidades domésticas. Para sua análise, foram elaboradas seis questões, abordando esses diferentes aspectos. Essas questões foram associadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 5 (metas 5.1, 5.5 e 5.c), ODS 8 (meta 8.5) e ODS 10 (meta 10.3).

Com base nas respostas obtidas, observa-se que o aumento da confiança e da independência é amplamente reconhecido pelas entrevistadas. As falas *"aumentou, aumentou minha confiança"* (E4), *"sim, muita"* (E1) e "*com certeza, muito bom*" (E2) revelam que a inserção na atividade fortaleceu a percepção de autonomia e autoestima. Esse resultado converge com Leal (2023) e Castro, Ferreira e Moreira (2021), ao indicarem que a participação em empreendimentos coletivos favorece processos de fortalecimento subjetivo, construção identitária e ampliação da autoconfiança entre mulheres catadoras, além de dialogar com as metas do ODS 5 relacionadas à promoção da igualdade de gênero.

A autonomia financeira aparece associada à possibilidade de sustentar a família sem depender de terceiros, como expressa E1: *"quando eu comecei catar eu vi que eu tinha minha independência dar de comer a eles sem tá precisando aperriar ninguém"*, e E4: *"eu sou dependente do meu trabalho... como uma fonte de renda"*. Esses depoimentos corroboram os achados de Borges *et al*. (2025) e Leal (2023), que identificam a reciclagem como via de inserção produtiva e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade, ainda que marcada por limitações estruturais, contribuindo para as metas do ODS 8 (trabalho decente) e do ODS 5.

O reconhecimento social enquanto trabalhadoras também foi destacado, sobretudo quando utilizam fardamento: *"somos respeitada sim, no bairro que a gente usa a farda"* (E3) e *"ganhei mais respeito"* (E4). Entretanto, E5 introduz uma questão relevante ao afirmar: *"às vezes sim, às vezes não… eles criticam muito a vida da gente"*, evidenciando a permanência de estigmas associados à atividade. Confirmando as análises de Leal (2023) e Castro, Ferreira e Moreira (2021) acerca da invisibilidade social e da discriminação enfrentadas pelas catadoras, o que limita o alcance das metas do ODS 10, voltadas à redução das desigualdades.

A convivência com outras mulheres foi apontada como elemento central de fortalecimento coletivo. As entrevistadas ressaltaram o apoio emocional e prático, como em *"a gente unido sempre faz"* (E5) e *"quando a gente tá sem força… ela dá a mão e a gente levanta"* (E2). Já E3 destacou a ajuda física no cotidiano da coleta: "*diz: não vou te dar uma forcinha, ajuda na ladeira"*. Esses relatos expressam os princípios da cooperação e da solidariedade descritos por Gaiger (2004) e França Filho e Laville (2004), segundo os quais os empreendimentos da Economia Solidária se estruturam a partir da ajuda mútua e da ação coletiva, contribuindo para o fortalecimento das mulheres e para o avanço das metas dos ODS 5 e 10.

Por outro lado, a sobrecarga feminina aparece de forma recorrente quando as entrevistadas abordam a conciliação entre trabalho produtivo e doméstico. As falas *"é puxado, é muita correria"* (E2), *"chega à noite e a gente já tá esgotada"* (E3) e *"é uma vida muito cansativa"* (E5) evidenciam a permanência da dupla jornada, corroborando os achados de Souza, Assunção e Guadagnin (2024) e Angelim (2014), que apontam a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo como uma das principais expressões das desigualdades de gênero no setor da reciclagem. Tal aspecto revela limites importantes ao alcance do ODS 5, especialmente no que se refere à redistribuição das responsabilidades de cuidado.

Atendimento aos ODS

POSITIVO		
ODS 5	**ODS 8**	**ODS 10**

Com base nos resultados apresentados após a análise das dimensões investigadas, foi elaborado a figura 1 com o objetivo de sistematizar as relações entre cada dimensão analítica, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A classificação do alcance das metas foi realizada a partir da predominância das percepções expressas pelas entrevistadas, considerando-

se como **positiva** a dimensão em que prevaleceram evidências de avanços e contribuições, e como **negativa** aquelas em que se destacaram limitações, fragilidades ou obstáculos estruturais.

Figura 1: Panorama de impacto e alinhamento aos ODS

Fonte: elaborada pela autora, 2026

Diante do exposto, é possível evidenciar que a atuação das catadoras apresenta contribuições relevantes para a sustentabilidade ambiental, a geração de renda e o fortalecimento subjetivo das catadoras, refletindo avanços especialmente nos ODS 5, 8, 10, 11 e 12. Contudo, tais impactos positivos coexistem com limitações estruturais significativas, relacionadas à ausência de infraestrutura adequada, à dependência de atravessadores, à fragilidade do apoio institucional e à persistência de estigmas sociais, o que compromete a consolidação do trabalho decente e do cooperativismo pleno.

Essa combinação de avanços e limitações revela que a experiência analisada se encontra em um estágio intermediário de institucionalização da Economia Solidária, no qual os resultados positivos convivem com desafios que demandam maior articulação com o poder público e fortalecimento organizacional para ampliar o alcance das metas da Agenda 2030 no ambiente investigado.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar a contribuição do trabalho das catadoras para metas dos ODS, considerando a economia solidária como base organizacional. Buscou-se compreender, a partir das percepções das próprias trabalhadoras, os impactos sociais,

econômicos e ambientais da atividade, bem como os limites que ainda condicionam sua consolidação enquanto empreendimento coletivo.

Os resultados evidenciam que a associação exerce papel relevante na gestão dos resíduos sólidos urbanos, contribuindo para a reciclagem, a redução do descarte inadequado e a melhoria ambiental, em consonância com os ODS 11 e 12. Observou-se também que a participação no coletivo favorece o fortalecimento da autoestima, o reconhecimento social, a ampliação da autonomia econômica e a construção de redes de apoio entre as mulheres, apontando avanços nos ODS 5, 8 e 10. As práticas de diálogo, resolução negociada de conflitos e organização cotidiana revelam a presença de elementos centrais da Economia Solidária na experiência analisada.

Todavia, tais avanços coexistem com fragilidades estruturais que limitam a efetivação plena dessas metas. A ausência de infraestrutura adequada, a dependência de atravessadores para a comercialização dos materiais, a irregularidade no fornecimento de equipamentos de proteção, a instabilidade da renda e o baixo apoio do poder público comprometem o alcance do trabalho decente e do cooperativismo, sobretudo no âmbito do ODS 8. Ademais, a persistência do preconceito social e da sobrecarga feminina evidencia que desigualdades de gênero ainda estruturam o cotidiano das catadoras, restringindo os avanços previstos nos ODS 5 e 10.

Como contribuição, a pesquisa oferece uma análise empírica articulada entre Economia Solidária, trabalho feminino e Agenda 2030, ao evidenciar o potencial das associações de catadoras como agentes ambientais e espaços de inclusão socioprodutiva, sem desconsiderar os limites institucionais que atravessam sua atuação. Ao privilegiar as narrativas das trabalhadoras, o estudo reforça a importância de políticas públicas voltadas ao fortalecimento estrutural desses empreendimentos.

Entre as limitações do estudo, destacam-se a ausência de indicadores quantitativos sobre renda, volume de materiais coletados e impactos ambientais, o que restringiu uma avaliação mais precisa dos efeitos econômicos e socioambientais da atividade.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise comparativa entre diferentes associações ou cooperativas de catadores, bem como investiguem de forma mais sistemática o papel das políticas públicas municipais na coleta seletiva e na inclusão socioprodutiva. Sugere-se ainda o desenvolvimento de estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho no setor da reciclagem, com vistas ao fortalecimento de estratégias voltadas à promoção do trabalho decente e da justiça socioambiental.

Referências

Abrema – Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. (2024). Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2024: geração, reciclagem e disposição final. https://www.abrema.org.br/panorama/

Aguerre, P. J., Hoyos, A. de, Devicente, N., & Furtado, O. (Orgs.). (2025). Economia solidária e cooperativismo: uma abordagem emancipatória. EDUC – Editora da PUC-SP.

Albuquerque, P. P. de. (2003). Autogestão. In A. D. Cattani (Org.), A outra economia (pp. 20–26). Veraz Editores.

Andrade, M. T. de. (2023). O trabalho dos catadores e as ambivalências da economia solidária. Revista Contemporânea, 3(4), 2886–2901. DOI: https://doi.org/10.56083/RCV3N4-010

Angelim, R. (2014). Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Itajaí, v. 9, n. 3, 3º quadrimestre de 2014. ISSN 1980-7791. DOI: https://doi.org/10.14210/rdp.v9n3.p1569-1597

Araújo, N. P., Souza, L. G. A. de, Tobias, V. G., Mascarenhas, L., & Mascarenhas, M. do S. (2025). O papel estratégico dos catadores de recicláveis na economia circular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Revista Aracê, 7(6), 33252–33267. DOI :https://doi.org/10.56238/arev7n6-242

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70.

Barros, V. A. de, & Oliveira, F. G. de. (2019). Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. Laboreal, 15(1). http://journals.openedition.org/laboreal/986

Borges, F. dos S., et al. (2025). O papel vital das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil: um estudo de caso no município de Cametá-PA na Amazônia Tocantina. Interference Journal, 11(2), 7034–7053. https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p7034-7053

Brasil. (2010). Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Camardelo, A. M. P., Benedetti, A., & Nostrane, K. C. (2024). Mulheres-mães-catadoras: maternidade e catação de resíduos sólidos urbanos na cidade de Caxias do Sul/RS. Cadernos Pagu,v. 69, 2023. https://doi.org/10.1590/18094449202300690014

Castro, A. M., Ferreira, C. T., & Moreira, R. B. (2021). Mulheres: organização, resistência e sobrevivência na catação de material reciclável. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, 12(2), 19–38.

Cherfem, C. O. (2016). Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In B. C. J. Pereira & F. L. Goes (Orgs.), Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional (pp. 47–74). Ipea.

França Filho, G. C., & Laville, J.-L. (2004). Economia solidária: uma abordagem internacional. UFRGS.

França Filho, G. C., et al. (2006). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Editora da UFRGS.

Gaiger, L. I. (Org.). (2004). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Editora da UFRGS.

Gattai, S. (2014). As competências dos empreendedores solidários: estudo com catadores em cooperativas de coleta e tratamento de resíduos sólidos em São Bernardo do Campo (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-06112014-115710/

GOOGLE. NotebookLM (Versão atual). [Assistente de pesquisa de IA]. 2024. Disponível em: https://notebooklm.google.com/. Acesso em: 05 de março de 2026.

Justo, M. G., & Schiavinatto, M. (2025). Bem viver e economia solidária: Aproximações para o desenvolvimento solidário e sustentável. Revista Solidariedade & Sustentabilidade.

Leal, D. (2023). Mulheres catadoras e relações de gênero na coleta seletiva. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.14775319

Magno, T. S. do C., Vasconcellos, A. M., Barros, J. N., & Arroyo, J. C. T. (2025). Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local. Revista Solidariedade & Sustentabilidade.

ONU – Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Reis, T. A., Cypriano, C. A. C., & Vasconcelos, N. (2024). Economia solidária, trabalho decente e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Revista da ABET, 23(1).

Sebrae. (2023). Conheça a economia solidária que incentiva produção socialmente justa. https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-a-economia-solidaria-que-incentiva-producao-socialmente-justa

Silva, A. A. (2021). A organização do trabalho em cooperativas de catadores: limites e potencialidades da autogestão (Trabalho de conclusão de curso, Instituto Federal da Paraíba).

Silva, M. L., Goes, F., & Alvarez, M. C. (2013). Catadores de materiais recicláveis: trabalho, precarização e políticas públicas. Revista Katálysis, 16(1), 59–67.

Silva, M. O. da S. (2020). Economia solidária e desenvolvimento: desafios contemporâneos. Cortez.

Singer, P. (2002a). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In B. S. Santos (Org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista (pp. 81–129). Civilização Brasileira.

Singer, P. (2002b). Introdução à economia solidária. Editora Fundação Perseu Abramo.

Sousa, R. A. (2023). Cooperativismo, economia solidária e objetivos de desenvolvimento sustentável: breve análise histórica e relação da economia solidária com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Ceará).

Souza, V. O. de, Assunção, V. K. de, & Guadagnin, M. R. (2024). Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores(as) de materiais recicláveis. Revista NAUI – Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Diversidade, 5(1), 1–22.

Teodoro, N. R., & Oliveira, G. S. de. (2024). Análise de conteúdo: um método qualitativo. Humanidades & Tecnologia (FINOM), 46, 55–62. https://doi.org/10.5281/zenodo.10565172

Torres, A. P., Santos, J., & Ferreira, L. (2024). Cooperativismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: contribuições para economias locais e cidades sustentáveis. Revista de Desenvolvimento Sustentável, 12(2), 45–60.

Valencia, M., Solíz, M. F., & Yépez, M. (2023). Waste picking as social provisioning: The case for a fair transition to a circular economy. Journal of Cleaner Production, 398, 1–10. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.136646

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Identificação e Trajetória

Há quanto tempo você trabalha com a reciclagem? **Como você começou nessa atividade?** **O que motivou sua entrada na cooperativa?**

2. Autogestão

Questões	ODS e metas relacionadas	Autores e trabalhos que evidenciam as dimensões na economia solidária
Como vocês decidem as atividades da associação? Como são resolvidos conflitos internos?	ODS 5 meta (5.5) participação feminina; ODS 8 meta (8.3) organização produtiva coletiva; ODS 10 meta (10.2) inclusão social e política.	Singer(2002); Introdução à Economia Solidária. Analisar a autogestão como princípio central da Economia Solidária. Gaiger (2004). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Examinar práticas autogestionárias.
Todos podem dar opinião nas decisões?	ODS 5 meta (5.5); ODS 10 meta (10.2).	
Vocês fazem reuniões? Como elas acontecem?	ODS 8 meta (8.3); ODS 10 meta (10.2).	
Você sente que sua voz é ouvida?	ODS 5 meta (5.5); ODS 10 meta (10.2).	

3. Cooperativismo

Como é a divisão do trabalho entre vocês? Como é sua rotina diária dentro da cooperativa?	ODS 8 meta (8.3) atividades produtivas; ODS 10 meta (10.2) inclusão econômica	(Barros; Oliveira, 2019) Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidário. (Aguerre et al., 2025) Economia solidária e cooperativismo: uma abordagem emancipatória.
Vocês costumam se ajudar no dia a dia?	ODS 10 meta (10.2)	
Como organizam a coleta, separação e venda?	ODS 8 (8.3); ODS 12 (12.5) reciclagem e reuso	
Quando surge um problema, como resolvem juntas? Há rodízio de atividades? Como ele funciona?	ODS 10 meta (10.2) ODS 8 meta (8.3)	

4. Trabalho das catadoras

Quais tarefas você realiza na reciclagem?	ODS 8 meta (8.5)trabalho produtivo; ODS 8 meta (8.8) trabalho seguro	de Andrade, M. T. (2023). O trabalho dos catadores e as ambivalências da economia solidária. Leal (2023) A importância do trabalho
Quais dificuldades enfrentam no trabalho?	ODS 8 meta (8.8)	

A falta de sede própria atrapalha? Vocês têm equipamentos suficientes? Quais etapas do processo de reciclagem você realiza?	ODS 8 meta (8.8); ODS 11 meta (11.6) gestão de resíduos	feminino na coleta seletiva. Borges et al. (2025) O papel vital das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil: um estudo de caso no município de Cametá-PA na Amazônia Tocantina.

5. Inclusão produtiva

O trabalho contribui para sua renda? Você recebeu apoio do poder público?	ODS 8 meta (8.3); ODS 10 meta (10.2)	Singer (2002); Introdução à Economia Solidária. (Castro; Araújo, 2024) A Contribuição da economia solidária no brasil.
Sua vida mudou após entrar na associação?	ODS 8 meta (8.5); ODS 10 meta (10.2)	
O trabalho ajuda a se sentir independente?	ODS 5 meta (5.5); ODS 10 meta (10.2	

6. Contribuições aos ODS

Você percebe que seu trabalho ajuda a melhorar a cidade (limpeza, reciclagem, meio ambiente)?	ODS 11 meta (11.6) - resíduos urbanos	Araújo et al. (2025) O papel estratégico dos catadores de recicláveis na economia circular e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Sousa (2023) Cooperativismo, economia solidária e objetivos de desenvolvimento sustentável: breve análise histórica e relação da economia solidária com os objetivos de desenvolvimento sustentável da onu.
A reciclagem contribui para o meio ambiente?	ODS 12 meta (12.5) - reciclagem e reuso	
Você se sente importante para a cidade? O trabalho aqui contribuiu para reduzir dificuldades que você enfrentava antes?	ODS 10 meta (10.2); ODS 11 meta (11.6)	
O trabalho melhora sua vida e da sua família? Sente que participar da cooperativa melhora sua qualidade de vida e suas oportunidades?	ODS 8 meta (8.5); ODS 10 meta (10.2)	

7. Desafios estruturais

Quais os maiores problemas enfrentados?	ODS 8 meta (8.8); ODS 11 meta (11.6)	Gattai (2014) Empreendimentos solidários na reciclagem. França Filho (2006) Ação pública e economia solidária.
O que faz mais falta para melhorar o trabalho? A renda obtida com o trabalho é suficiente para suas necessidades?	ODS 8 meta (8.8) ODS 10 meta (10.2)	
Há dificuldades com transporte ou venda? A cooperativa fornece equipamentos de proteção?	ODS 8 meta (8.3); ODS 12 meta (12.5)	
Vocês recebem apoio da prefeitura? Você sente que seu trabalho é reconhecido pela comunidade ou pelo poder público?	ODS 8 meta (8.3)	

8. Empoderamento feminino

Trabalhar aqui aumentou sua confiança? O trabalho aqui contribuiu para sua autonomia (financeira, social, emocional)?	ODS 5 meta (5.1; 5.5) ODS 8 meta (8.5)	Angelim (2014) Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável. (Castro; Ferreira;Moreira, 2021) Mulheres: organização, resistência e sobrevivência na catação de material reciclável. (Souza; Assunção; Guadagnin, 2024) Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores(as) de materiais recicláveis.
Você ganhou mais respeito como trabalhadora?	ODS 10 meta (10.3)	
O trabalho ajudou na sua independência?	ODS 5 meta (5.5); ODS 10 meta (10.2)	
Estar com outras mulheres ajudou você? Como é conciliar trabalho com tarefas domésticas e cuidado familiar?	ODS 5 meta (5.c)	

9. Avaliação geral

Quais os maiores desafios que você enfrenta? O que poderia melhorar na cooperativa? Quais seus sonhos ou expectativas para o futuro?

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura sobre economia solidária e os ODSs.